



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO
ENSINO MÉDIO:
A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Samy Oliveira Silva
Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (UFMA)
Oliveira.samy@discente.ufma.br

Orientador: Prof. Dr. Adriano Jorge Torres Lopes
Professor do Curso de Ciências Humanas (UFMA- Bacabal)
adriano.lopes@ufma.br

RESUMO: O presente texto tem como intuito ponderar sobre as relações étnico-raciais nos livros didáticos do Ensino Médio, através da análise da representação da figura do negro no livro de Ciências Humanas. A partir da reflexão sobre as mudanças que ocorreram no livro didático ao longo dos anos, diante das novas normas educacionais sancionadas nas últimas décadas, as quais exigem o respeito às culturas formadoras do Brasil e a inserção de suas contribuições no processo de constituição do país, nas disciplinas de Ciências Humanas, em especial. Juntamente com a promulgação de legislações que defendem os direitos da população afro-brasileira, notou-se a relevância da temática para uma análise sobre os trajetos que a discussão acerca das relações étnico-raciais tem seguido nos livros didáticos, o que reflete consequentemente na forma como esse tema tem sido apresentado no meio escolar e, se ele tem instigado os alunos a praticarem o respeito às diferentes culturas e cultivar um convívio harmonioso entre os diversos grupos étnico-culturais existentes no Brasil. Para tanto, utilizou-se como método de análise a pesquisa bibliográfica, partindo do estudo sobre as legislações que permeiam essa problemática como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Parecer do Conselho Nacional de Educação com a resolução CNE/CP 003/04, o qual versa sobre a educação das relações étnico-raciais, Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), entre outros que tratam das transformações que se fizeram necessárias nos materiais didáticos para que esses se adequassem as novas leis educacionais. Ademais, foi trago para o debate as reflexões de profissionais que se debruçaram sobre essa temática, como: Muller (2018), Oliveira (2016), Souza (2017) e outros. A fim de elucidar as ideias aqui apresentadas foram expostos elementos dos livros didáticos analisados, como: imagens e falas dos autores, para que o leitor possa compreender as reflexões que estão sendo tecidas nesse trabalho.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Livros Didáticos. Negro. Educação.

Introdução

O presente texto tem como objetivo ponderar sobre as relações étnico-raciais nos livros didáticos do ensino médio, em especial, no que se refere a representação da figura do negro que por muito tempo sofre com o preconceito, a exclusão e os estereótipos que rodeiam a sua existência. A partir disso, busca-se entender como os livros didáticos trabalham tal temática de maneira a tornar os alunos mais críticos e reflexivos sobre o que acontece ao seu redor, contribuindo para uma sociedade futura menos preconceituosa e mais inclusiva.



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



Para isso, utilizou-se como base os livros didáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, *Multiversos: Ciências Humanas*, de autoria de Boulos Júnior (2020¹), publicado pela editora FTD, com 1ª edição em 2020. O autor da coleção em questão, defende que estas obras têm como norte temas que perpassam questões de valores éticos e que tratam do exercício da cidadania, a fim de que possa ser formada uma sociedade mais justa e menos desigual. Com isso, ele aponta que:

Queremos estimular o desenvolvimento de habilidades que possibilitem a você agir de maneira propositiva, respeitosa e, ao mesmo tempo, que impulsionem a realização de seu projeto de vida.

[...]

As abordagens visam proporcionar uma formação global compromissada com um repertório cultural e científico amplo, com o combate ao preconceito, à violência e baseada em princípios democráticos, inclusivos e solidários. (BOULOS JÚNIOR, 2020a, p.3)

Como se pode observar, o autor expõe os pontos positivos de sua obra e o quanto ela pode contribuir para uma boa formação educacional, levando o estudante a refletir sobre o outro de maneira respeitosa e sem levar em consideração os conceitos estabelecidos pelas sociedades que se reconhecem como superiores às demais. Ao apontar esses argumentos, o autor nos direciona ao ponto-chave para a discussão que será tecida nesse texto: será que estes livros didáticos trabalham temáticas que envolvam questões étnico-raciais de forma respeitosa, deixando de lado a visão eurocêntrica, enraizada nos diferentes meios sociais, que se sobrepõe a verdadeira história do povo africano e dos afrodescendentes? E mais, tais obras estimulam o senso crítico dos alunos, sem reforçar ainda mais os preconceitos que existem sobre o povo negro?

Com o propósito de entender como se deu a inserção dessas temáticas no contexto escolar, iniciaremos com uma breve viagem pela legislação referente às relações étnico-raciais no âmbito escolar e suas alterações.

1 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O LIVRO DIDÁTICO

No final do século XIX, após uma série de tentativas de retardar a libertação dos escravos das amarras da elite brasileira, a Lei Áurea é assinada em 1888, declarando livre todo e qualquer escravo. Porém, essa libertação não ocorreu de forma tão imediata assim como se imagina e, quando o cativo foi eximido, não havia nenhum de seus direitos garantidos e a

¹ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **Multiversos**: ciências humanas: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



sociedade não estava preparada para recebê-lo, ficando ele à margem da sociedade, mais uma vez e, tendo que fazer sua própria sorte no meio social para poder sobreviver.

A invisibilidade do negro na sociedade, nos temas escolares e no processo político pedagógico do Brasil é algo que vem acontecendo desde o período da colonização, como supracitado, onde os colonizadores empenhavam-se de diversas formas para tornar os afro-brasileiros invisíveis nos diferentes âmbitos da vida social, política e histórica do Brasil, negando-lhes os seus direitos de cidadania. (SOUZA, 2017).

Contudo, tal fato, não impediu que os afrodescendentes parassem de lutar por seus direitos e reivindicar para que fossem aceitos- de fato- na sociedade brasileira, a fim de que pudessem ser considerados cidadãos também. Como resultado dessa luta, a Constituição Federal de 1988, inaugura um processo- o qual perdura até os dias atuais- de inserção de uma série de leis que passam a reconhecer os afro-brasileiros como cidadãos, as quais cabe citar: o reconhecimento das terras pertencentes aos remanescentes de quilombos; a identificação de caráter de patrimônio cultural brasileiro a todos os bens materiais e imateriais produzidos pelos negros e seus descendentes e, a declaração de que a educação é um direito de todos. (BRASIL, 1988).

Mesmo diante dessas legislações, os afrodescendentes ainda não estavam com todos os seus direitos reconhecidos e continuavam a sofrer com o preconceito e a exclusão social. Com o intuito de tornar a educação brasileira mais inclusiva e diminuir os estereótipos que existiam sobre os negros, possibilitando que todos sejam cientes das contribuições que eles tiveram na formação do Brasil, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de n. 9.394/1996 institui, na disciplina de História, o ensino das contribuições das relações étnico-culturais para a composição do povo brasileiro. Tal afirmação encontra-se no §4º, do Art. 26 do Capítulo II da LDBEN que trata da Educação Básica e declara que: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.” (BRASIL, 1996).

Conforme o supracitado, a partir da lei 9.394/1996, surge a necessidade de desenvolvimento de novas propostas de ensino que sejam embasadas no respeito às diferentes culturas e no convívio harmonioso entre os diversos grupos étnico-culturais. Por isso, os livros didáticos (LD) estavam passando por uma série de transformações que vinham ocorrendo desde 1937, com a criação de um programa voltado para a distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira. Porém, as mudanças mais significativas ocorreram a partir de 1985, quando o programa tem seu nome alterado para Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), trazendo: a supressão do livro descartável, o qual agora passa a ser



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



reutilizável; os professores passaram a ter a oportunidade de indicar qual o LD que poderia ser utilizado em sala e a implantação de bancos de livros didáticos. (BRASIL, 2023)

Juntamente com a responsabilidade de escolher o livro didático, emerge a demanda por profissionais que fossem capazes de avaliar este material didático e, para isso, o Ministério da Educação (MEC) responsabilizou-se por promover formações a partir de 1993, com o objetivo de que os educadores soubessem analisar a qualidade do LD e aprendessem a fazer um bom uso do mesmo. Contudo, ainda persistiam várias denúncias a respeito da falta de qualidade dos LDs e, como solução, o MEC cria uma comissão, com equipes de intelectuais pesquisadores, para examinar a qualidade dos livros didáticos e encontrar meios para obtenção de novos. (OLIVEIRA, 2016).

Segundo Silva (2011), com a implantação da comissão de avaliação² do livro didático, os autores e editores deste tipo de material passaram a ter uma preocupação maior com aquilo que produziam, pois, dependendo da maneira como os temas relacionados à cultura e à etnia eram abordados, aquela coleção poderia ser excluída da série de livros selecionados por demonstrar desrespeito às normas até então estabelecidas e/ou apresentar atitudes preconceituosas.

Diante de tantos avanços no que diz respeito a garantia dos direitos dos negros, reconhecendo-os como integrantes da história do país, afirmando perante todos que eles sofrem profundamente desde período colonial e que se faz necessário reparar tais danos através de dispositivos legais que proporcionem uma qualidade de vida melhor para eles, em conjunto com a melhoria da qualidade do ensino e dos materiais didáticos trabalhados em sala, convém aqui evidenciar que todas as legislações até então apresentadas tinham como público central os alunos do Ensino Fundamental, ao passo que os alunos do Ensino Médio não tiveram a oportunidade de ver esses avanços no final do século XX.

Assim sendo, os alunos secundaristas estavam à mercê de educadores que poderiam aplicar conteúdos de cunho racista ou discriminatório que violassem os direitos dos alunos e que trouxessem constrangimento para os mesmos, pois não havia sequer um programa de livro didático para o Ensino Médio no final do século XX, como havia para o Ensino Fundamental.

Em 2003, é incluída na LDB de 1996 a Lei n.10.639/2003 que firma a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições de ensino básico. E, em 2004, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação- CNE/CP 003/04, é inserido no âmbito

² Cabe aqui ressaltar que esta teve uma efetivação maior a partir de 1996, com a promulgação da Lei n.9.394/ 1996, que instituiu na disciplina de História, o ensino sobre a importância das relações étnico-culturais no processo de consolidação do Brasil.



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



educacional o termo "educação das relações étnico-raciais", como é visto no trecho a seguir: “[...] a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade, justa, igual, equânime”. (BRASIL, 2004, p. 6).

Após a promulgação da lei supracitada, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira, juntamente com a apresentação do termo educação das relações étnico-raciais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) cria o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), por meio da resolução nº 38 de 15 de outubro de 2003, a qual prevê a distribuição de LDs para todos os alunos do Ensino Médio, de maneira progressiva³.

Nota-se, então, que tais normas podem ser vistas como políticas de reparações e valorização da cultura, história e identidade do povo negro, visando combater o racismo e as discriminações que os atingem cotidianamente, ainda que de forma tardia como aconteceu com os alunos secundaristas. No entanto, o fato de os autores de livros didáticos demonstrarem preocupação na maneira como tratar sobre as relações étnico- culturais, devido as normativas da Constituição Federal, as legislações educacionais e a avaliação do PNLEM, não significa que há um verdadeiro reconhecimento da diversidade étnica na construção da história de nosso país presente nos livros didáticos.

A fim de constatar ou não tal evidência, no tópico a seguir, será feita uma reflexão sobre a representação do negro no livro didático, através dos elementos iconográficos e textuais presentes nos materiais didáticos.

2 O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO

Como expõe Muller (2018), os livros didáticos são um dos materiais didáticos mais antigos a serem utilizados, os quais serviam para difundir as ideias das classes dominantes e, sobretudo, auxiliar os professores que não possuíam uma formação docente adequada.

Com o passar dos anos, o livro didático foi se tornando cada vez mais essencial no âmbito escolar e, com o intuito de seguir as normativas educacionais, os autores e editores tiveram que realizar alterações em suas obras para que elas se tornassem apropriadas para o

³É importante evidenciar que o programa teve sua implantação, de fato, no ano de 2004 e, no primeiro momento atendeu, de maneira experimental, cerca de 1,3 milhão de estudantes de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste, conforme o site do MEC. (BRASIL, Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLEM (2006). Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13608-programa-nacional-do-livro-didatico-para-o-ensino-medio-pnlem#:~:text=A%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2038%20do,o%20ensino%20m%C3%A9dio%20em%202006>. > Acesso em: 08 jul. 2023)



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



meio escolar. Pensando nessas alterações e nos impactos que elas podem causar no processo de aprendizado dos alunos, iniciaremos agora uma sucinta ponderação sobre como o negro é representado no livro didático, em especial, no livro do ensino médio que, como foi apresentado no tópico anterior, teve uma tardia inserção de conteúdos que versam sobre as relações étnico-culturais devido um atraso na política de expansão da distribuição de LDs para essa fase da educação básica.

O primeiro livro que iremos discutir é o livro de ciências humanas, de autoria de Alfredo Boulos Júnior, intitulado *Multiversos: Ciências Humanas: Globalização, tempo e espaço*, distribuído pela editora FTD. (BOULOS JÚNIOR, 2020a). A primeira unidade dessa obra é denominada de *Globalização e território* e tem como temas centrais a discussão de como se deu o processo de globalização e as mudanças que isso trouxe para o mundo, com um viés mais econômico. Nessa unidade há somente um tópico que trata da migração de povos originários da África, Ásia e América Latina para países europeus, nos quais alguns migram como refugiados e outros, na esperança de encontrar melhores condições de vida. Nesse processo, além de correrem risco de vida por viajarem de maneira ilegal, ao chegar em seus destinos, os estrangeiros sofrem xenofobia, como explica o autor:

O grande número de estrangeiros na Europa e a crise econômica que desde 2008 assola o continente favoreceram o surgimento de uma crescente onda de xenofobia, ou seja, um sentimento de forte aversão ao estrangeiro. O discurso anti-imigração tem tido um respaldo maior em partidos e movimentos de extrema-direita de cunho nacionalista e que defendem “uma Europa para os europeus” (BOULOS, 2020a.p.22)



Essa é uma das imagens utilizadas nessa parte do livro, a qual mostra um grupo de pessoas negras em uma embarcação superlotada, com a seguinte descrição: “Mar Mediterrâneo: caminho da imigração ilegal para a Europa. Na imagem, as pessoas da embarcação superlotada estão aguardando resgate, próximas à costa da Sicília, Itália, em 2017.” (BOULOS, 2020a, p.22).



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



Com isso, pode-se observar que o autor menciona que a imigração ilegal é um fenômeno comum entre os africanos, asiáticos e latino-americanos, porém somente os negros são representados nessa situação constrangedora e não é mencionada nenhuma ação que possibilitasse reduzir tal situação, pelo contrário, o autor gasta os poucos parágrafos que tem para explicar os ideais defendidos pelos europeus, como uma espécie de justificação das ações por eles realizadas. Além de não haver nenhuma atividade nesse capítulo que contribuísse para uma maior reflexão do aluno sobre o tema em questão.

No capítulo 2 da obra cujo tema é *Globalização: espaço, tempo e técnicas*, há um tópico que trata das *Reflexões sobre culturas e identidades no mundo globalizado*. Em um primeiro momento, é definido o conceito *cultura* e evidenciado que as culturas nem sempre são estáticas e únicas:

As culturas de cada país, no entanto, não são grandes conjuntos fechados e imutáveis. A história do Brasil nos mostra isso, uma vez que a cultura brasileira é o fruto do encontro de diferentes povos, como indígenas, europeus, africanos e asiáticos. Por isso, talvez seja impossível pensar a cultura de um determinado lugar de forma pura, como se ela não sofresse alterações. No entanto, quando pensamos em cultura falamos também de tradições que se mantêm vivas e atravessam muitos séculos. (BOULOS, 2020a.p. 41)

Após fazer uma consideração sobre a cultura brasileira, mesmo sem apresentar nenhuma imagem que representasse a diversidade étnica do país, o autor fala sobre a *identidade*, definindo-a e estabelecendo uma relação entre ela e a cultura:

A identidade tem a ver com pensamentos, objetos e símbolos que permitem a alguém se sentir parte de um grupo. Ela estabelece em que aspectos um indivíduo é igual ao seu grupo. [...] A cultura e a identidade estão sempre ligadas à coletividade, ou seja, só é possível pensar em cultura e identidade se houver pessoas convivendo. (Idem, p.44).

Para exemplificar o conceito de identidade, utilizou-se uma imagem de fãs de rock - todos de etnia branca- em um show, a fim de mostrar que a identidade está associada com a maneira como as pessoas se vestem e demonstram suas preferências diante de outros grupos. Ademais, é evidenciado que a cultura e a identidade estão associadas com a vida coletiva, então, negros, indígenas e imigrantes criaram movimentos sociais a fim de reivindicarem seus direitos, fazerem denúncias e buscarem reconhecimento e respeito para suas culturas e etnias. Para evidenciar isso, utilizou-se a imagem de um grupo de jongo de uma comunidade quilombola do Espírito Santo, onde são representadas pessoas negras dançando.

Nos tópicos mais à frente, utilizam-se três parágrafos para falar sobre o multiculturalismo, onde afirmam que este se refere a pluralidade de culturas em um mesmo território e que nem sempre essa diversidade cultural é pacífica, podendo ocasionar conflitos políticos e disputas por territórios. O autor expõe que o rap brasileiro é fruto de um rap



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



estadunidense que surgiu da junção de elementos da cultura jamaicana, africana e latino-americana, mas que possui traços da cultura brasileira, como também, o funk brasileiro que nasceu do funk estadunidense e sofreu mudanças com o passar dos anos.

Para ilustrar esse tópico, usou-se a imagem de uma mulher e um homem, ambos negros, em um show de rap em São Paulo, os quais estão com um microfone na mão, aparentemente, cantando. Nessa representação, nenhum dos dois possuem características estereotipadas como lábios e olhos grandes ou cabelos muito volumosos.

No capítulo 4 da obra cujo tema é *Formação do território onde hoje é o Brasil*, narra o movimento histórico de formação do território brasileiro desde a colonização dos portugueses até os dias atuais. Nesse ponto, foram utilizadas pequenas menções sobre os negros de forma tão rápida que, é quase invisível, o nome deles nesse capítulo. Os negros são citados, superficialmente, no sertanismo de contrato, onde é exposto que foi tal expedição que destruiu o Quilombo dos Palmares: “Esse tipo de bandeirismo voltado à repressão de revoltas indígenas e quilombos é chamado de sertanismo de contrato. Uma conhecida bandeira de sertanismo de contrato foi a que destruiu o Quilombo dos Palmares, em 1694” (BOULOS JÚNIOR, 2020a, p 87) e no ciclo do ouro, onde é apontado que milhares de africanos foram obrigados a vir para o Brasil para trabalhar nas minas de ouro.

É nítido que as ideias defendidas pelo autor- na apresentação do livro didático- sobre a importância de uma educação inclusiva, respeitosa e que combatesse o preconceito, não foram atendidas no principal dos temas que abordam o papel histórico do negro no nosso país, onde diversas leis foram criadas para garantir que a população brasileira se lembrasse o quanto esses povos sofreram diante das ações europeias e o quanto eles merecem ser tratados da mesma forma como as demais etnias formadoras do Brasil. Ao contrário do que se esperava, foram reservadas cerca de 6 linhas, ao todo, para falar dos negros nesse capítulo.

Na obra em análise, entre as 160 páginas que compõem a mesma, foram identificadas somente oito imagens- no total- que ilustravam pessoas negras, o que demonstra uma certa indiferença em relação ao negro. Tal fato evidencia que haverá uma certa dificuldade para que o aluno se torne uma pessoa crítica e reflexiva, pois os temas abordados no livro didático só mencionam os feitos dos brancos e o negro é quase inexistente na discussão, até mesmo, quando o tema se refere a diversidade étnica e a formação da população brasileira.

Para ampliar a discussão, analisaremos uma outra obra que faz parte da mesma coleção observada nos parágrafos acima e que tem como título *Multiversos: Ciências Humanas: ética, cultura e direitos*, de autoria de Alfredo Boulos Júnior, distribuído pela editora FTD (BOULOS JÚNIOR, 2020b).



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



O capítulo 1 dessa obra, tem como tema *Ética: da Idade Média ao Renascimento* e, inicia definindo o que é ética e afirmando que a melhor forma de compreender as diferentes visões acerca da ética é estudando a ética africana. Em seguida, há o tópico A ética ubuntu, onde o autor declara que:

O Ubuntu é uma ética e filosofia africana que propõe um modelo de sociedade mais humanizada e solidária. É também uma das muitas contribuições dos africanos de origem banto e seus descendentes para pensarmos soluções para os problemas de ordem ética no Brasil de hoje. (BOULOS JÚNIOR, 2020b.p. 13)

Na sequência, o autor mostra que a ética ubuntu é voltada para a coletividade, para o bem comum, preocupa-se em ajudar o próximo. Dessa forma, ele apresenta como a filosofia ubuntu está presente em nosso cotidiano e afirma que:

Os africanos trazidos para o Brasil aos milhões durante mais de três séculos eram portadores de saberes e técnicas e visões de mundo que foram e continuam sendo parte do ser brasileiro; e um desses importantes legados é a ética e filosofia Ubuntu, baseada no humanismo e na interconexão com o outro como parte constitutiva da condição humana. (Idem.p.14)

Nesse trecho, o autor enfatiza o quanto os saberes dos negros são importantes para o nosso cotidiano e como eles nos ensinam a sermos pessoas melhores, ainda que os mesmos tenham sofrido tanto em nosso país até conseguirem ser reconhecidos como cidadãos, o que ainda não resolveu a situação por completo.

Para iniciar o debate sobre a ética ubuntu, é feito uso da imagem de um grupo de jongo de Piquete (SP) em roda, com o intuito de mostrar que os africanos valorizam a união e por isso, suas manifestações costumam ser em rodas, como revela a imagem a seguir:



Grupo Jongo de Piquete- dança de roda de origem africana com acompanhamento de tambores e solista. Piquete, SP, 2007. (BOULOS JÚNIOR, 2020b, p.13)

Como um exercício de fixação do conteúdo, é exposto um texto sobre a ética ubuntu na visão do filósofo congolês Jean Bosco Kakozi Kashind, comentado pelo doutor em filosofia Marcelo José Derzi Moraes. No final do texto, há duas perguntas para os alunos responderem: “1. Como é seu relacionamento com o outro e sua comunidade? (2.) Você considera que a filosofia e a ética Ubuntu podem nos ajudar a refletir sobre o Brasil de hoje? Como?” (Idem, p.15)

Além desses questionamentos que levam os alunos a refletirem sobre suas ações em sociedade e analisar se a filosofia ubuntu pode ser utilizada em nosso dia-a-dia, visando trazer



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



uma melhor interação entre as pessoas. Foi ilustrada a imagem do filósofo congolês apresentado no texto, o que pode ser visto como algo positivo, devido ser demonstrado que não são somente os brancos que são capazes de criar teorias, sair nas páginas dos livros e alcançar posições de destaque socialmente, os negros também são capazes de grandes feitos. Tal ação, incentiva os alunos negros a não desistirem dos seus sonhos e mostra para os outros a possibilidade de igualdade entre as etnias.

No capítulo 3 cuja temática é *A universalidade não tão universal, Universalidade em questão: representatividade e direitos*, serão abordados vários temas que envolvem os negros e suas lutas por direito e reconhecimento social, incluindo as mulheres, que assim como os negros sempre ficaram à margem da sociedade.

Dentro desse capítulo, há um tópico denominado *Desigualdade racial e direito dos negros*, onde o autor declara que há mais de cem anos os negros criaram o movimento negro, a fim de reivindicarem os seus direitos e lutarem contra a desigualdade racial e, que mesmo diante de tantas revoluções que ocorriam na Europa, as quais afirmavam defender a igualdade entre os povos, nenhuma delas defendiam os negros:

A desigualdade racial existente até hoje no Brasil e no mundo também aponta para os limites da universalidade defendida pelos iluministas europeus à época. A humanidade, tal como descrita pelos discursos filosóficos do iluminismo, excluía negros e negras. Mas, onde houve opressão, houve resistência; seja no campo social, seja no campo cultural. (BOULOS JÚNIOR, 2020b.p.70).

Depois dessa declaração, é discorrido sobre o processo de independência do Haiti, onde Toussaint L'Ouverture foi um ex-escravo que se destacou por liderar a revolução em favor da independência do Haiti das forças Francesas e incentivar seu povo a não desistir da luta por liberdade. Na obra, o autor expõe um busto, inaugurado em 2005, de L'Ouverture no canto direito e central da página, para que os alunos pudessem ver sua fisionomia. O busto demonstra um negro bem-vestido, com roupas típicas dos jacobinos da época.

No próximo item, intitulado de *A Razão Negra*, será discutido sobre a visão do filósofo camaronês Achille Mbembe, o qual critica o fato de o pensamento filosófico está centrado nas ideias europeias e que, por isso, o negro está constantemente sendo associado à escravidão. Além disso, ele expõe que o filósofo entende que:

[...] a humanidade é uma só e que, para se descortinar um futuro livre de racismo e de ressentimento, é preciso fazer justiça, restituição e restauração. Se habitamos um único mundo, só seremos uma comunidade se aqueles que foram escravizados, levados para longe de seus lugares de origem, puderem ser restituídos de tudo o que perderam. (Idem.p.72)

Observa-se que o pensador defende a importância do reconhecimento da ainda existente desigualdade social e que não somente as falas europeias devem ser levadas em consideração, a produção acadêmica de pessoas de outros locais também deve ser conhecida. No final da



página o autor traz a imagem do filósofo em questão e na legenda indica que ele é professor da Universidade de Harvard.

No ponto seguinte cujo título é *Desigualdade racial e o direito à vida na atualidade*, será retratado o fato de mesmo com tantas leis que protegem a população negra, o racismo continua sendo muito presente na sociedade. Para exemplificar melhor a situação, é apresentado o caso do afro-americano, George Floyd, que foi pego, em 2020, por policiais que o acusavam de usar uma nota falsa e o asfixiaram até a morte. Foi apresentado também o movimento de ativistas antirracistas surgido nos Estados Unidos em 2013, que denuncia a violência contra os negros e negras, o qual recebe o nome de Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) e ele foi ilustrado com a seguinte imagem:



Manifestantes do movimento Black Lives Matter marcham pelo centro de Londres (Inglaterra), durante uma manifestação contra a morte de negros pela polícia nos Estados Unidos, em 2016. (BOULOS JÚNIOR, 2020b.p.74)

No item subsequente, a temática em debate é *A mortalidade dos negros no Brasil*, onde os autores apontam que os negros são a população que mais morre no país, devido à violência policial e a desigualdade de renda que faz com que tenham uma vida de baixa qualidade, o que ocasiona o surgimento de doenças e uma menor expectativa de vida.

Com o intuito de fazer os alunos refletirem sobre os temas abordados, a obra apresenta uma atividade de fixação, a qual requer a leitura de um texto sobre as expressões preconceituosas mais faladas no Brasil, conforme uma pesquisa do Ibope e traz os seguintes questionamentos:

1. O que se pode concluir e está explícito no primeiro parágrafo do texto?
2. Você já ouviu ou falou alguma das frases preconceituosas citadas no texto? Você já foi vítima de racismo, sexismo, homofobia ou gordofobia? Como reagiu?
3. Em grupo. Organizem uma campanha para combater o sexismo, o racismo, a homofobia e a gordofobia na sua escola. Cada grupo poderá escolher um desses assuntos e pesquisar - relatos, tabelas, gráficos, fotografias, mapas, notícias – e produzir material escrito, slides, áudios e vídeos. Pode-se elaborar, também, um slogan, bóton e jingle para a campanha. Sugerimos combinar com professores/coordenação da escola um dia para apresentação do material da campanha à comunidade escolar (Idem.p.77)

Como se pode observar, a atividade conta com a parte que convida o aluno para refletir sobre a temática em questão, mas também orienta os mesmos a organizarem uma campanha de combate ao racismo, sexismo, gordofobia e homofobia no ambiente escolar, o que vai de



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



encontro com o que deve estar expresso na proposta pedagógica de uma escola, como apresenta o inciso XXI, do § 4º, do Art. 27 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o qual afirma que deve haver no âmbito escolar: “participação social e protagonismo dos estudantes, como agentes de transformação de suas unidades de ensino e de suas comunidades;” (BRASIL, 2018, p.14).

No capítulo 5, a discussão gira em torno do tema *Violência*, onde é tratado sobre o etnocentrismo, xenofobia e todos os tipos de violência existentes, como a física, psicológica, racial, coletiva e muitas outras ações que são consideradas violência. Para concluir esse debate, é aplicado um texto que trata sobre a violência racial nos Estados Unidos e depois, é questionado o que os alunos fariam para combater o racismo nesse país.

Em seguida, um outro ponto de nome: *As principais vítimas da violência*, mostra que as principais vítimas de violência nos dias atuais são mulheres, jovens, crianças, idosos, negros e indígenas. Na sequência, falam da violência contra a mulher e da criação da Lei Maria da Penha, além de abordar sobre as estatísticas da violência no Brasil e o uso das Fakes News, um tipo de violência no meio digital, que tem acontecido com grande frequência nos últimos anos.

O último tópico que trata diretamente dos negros é *A cultura da paz*, presente no capítulo em discussão, onde os autores evidenciam a fala do diretor da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre de quem a paz depende:

[...] a paz depende de cada um de nós, independentemente de origem, cor ou classe social. O importante é que cada um de nós responda ao chamado para participar no movimento pela paz, individualmente, ou em grupo, a fim de juntos, construirmos uma cultura da paz em prol do bem estar da humanidade (BOULOS JÚNIOR, 2020b, p. 128).

Nota-se que a fala do diretor da ONU juntamente com o que está presente nesse tópico, mostra que o objetivo dos autores é demonstrar aos alunos a importância de cultivar a paz entre as diferentes sociedades e povos, para que vivamos de forma pacífica e possamos alcançar o bem estar da humanidade.

Por fim, pode-se dizer que, em comparação com a primeira obra analisada, este livro aborda mais temas que envolvem as relações étnico-culturais, principalmente, no que diz respeito a inserção do negro nesse debate, chamando a atenção dos estudantes para o fato de que a população negra é a que mais sofre com a violência e preconceito, no mundo e, que ainda assim continuam a resistir e mostrar à sociedade, através de seus saberes, que é possível viver em paz e união.

Nesse segundo livro didático, foram apresentadas cerca de dezenove imagens de pessoas negras, apesar de que, na grande maioria delas, os negros não estão juntamente com os brancos,



eles encontram-se em conjunto com conhecidos e pessoas de mesma etnia. Contudo, houve uma maior demonstração do negro nesse LD do que no anterior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações étnico-raciais têm como fim alcançar o reconhecimento e a valorização da história, da cultura e identidade dos negros brasileiros. Esse tema entrou em debate no meio social brasileiro no fim do século XX e perdura até os dias atuais e, graças a essa continuidade na reflexão sobre a temática, os afro-brasileiros passaram a ter leis que afirmam proteger seus direitos e inseri-los nas políticas públicas desempenhadas pelo Estado, principalmente, no âmbito educacional.

Entende-se que as legislações mencionadas no primeiro tópico desse trabalho, favoreceram para transformações nos conteúdos escolares expostos nos livros didáticos. Entretanto, essas mudanças ainda não podem ser reconhecidas como suficientes e de grande impacto na cultura escolar, devido, em muitos casos, tais alterações só ocorrerem como forma de adequação legal, ou seja, cumprimento da lei, e não como um processo de conscientização da população brasileira. (MULLER, 2018).

Diante dessa situação é que surge a iniciativa de redigir esse texto, o qual tinha como objetivo ponderar sobre as relações étnico-raciais nos livros didáticos do ensino médio, em especial, no que se refere a representação da figura do negro que há muito tempo sofre com o preconceito, violência, exclusão e os estereótipos que rodeiam a sua existência, buscando também examinar se os conteúdos expressos no livro didático de ciências humanas possibilitam que os alunos internalizem a noção de igualdade, respeito e valorização da diversidade étnico-racial existente no Brasil.

Para tanto, partimos para a observação de um dos principais materiais didáticos utilizados em sala de aula, o livro didático. Este, a partir do que se pôde constatar, pode contribuir para um debate proveitoso e que instigue o aluno a ponderar sobre a realidade a sua volta e aprenda a respeitar as diversas etnias que existem no país e no mundo, reconhecendo a importância de cada uma delas, como espera-se que aconteça com os estudantes que utilizem a segunda obra analisada. No entanto, foi possível perceber, também, que algumas obras podem contribuir para aprofundar ainda mais o preconceito e a exclusão do povo negro nos debates de sala de aula e, ainda que eles apareçam, sua representação se dá repleta de estereótipos e com associação à escravidão e a incapacidade de alcançar postos de destaque na sociedade.

Na primeira obra estudada, os negros foram pouquíssimas vezes mencionados e não foi citada nenhuma de suas contribuições para a formação do povo brasileiro, como prevê a lei. Dessa forma, podemos inferir que, muitas vezes, os autores e editores dos livros didáticos



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



insistem em perpetuar as ideias preconceituosas e eurocêntricas defendidas pelos europeus, como apontada a seguir:

Negam-se, ainda, os valores representados pela tradição intelectual africana e sua contribuição cultural, como os hábitos, costumes, produção de riquezas, danças e músicas, o candomblé e outras religiões afro-brasileiras, a capoeira, a espiritualidade, a beleza e a inteligência do povo negro. (SILVA, 2011, p.158)

Perante a tentativa de que suas obras não sejam descartadas pelo PNLEM, alguns autores optam por não mencionar os negros em suas obras, tornando-os invisíveis e evitando que sejam utilizadas expressões ou imagens que possam ser consideradas ofensivas. Cabe aqui ressaltar que o professor pode tentar contornar essa situação, escolhendo um livro didático que realmente tenha como objetivo promover a formação crítico-reflexiva do aluno.

Para tanto, entende-se que o professor é o mediador da relação aluno e conhecimento e, por isso, se faz necessário que o educador passe por uma formação adequada⁴, a qual o possibilite evidenciar contextos de preconceito e violência contra os negros na escola e/ ou no livro didático. Tal formação, deve permitir também que o professor entenda a importância de uma educação antirracista e como ela contribui para a permanência do alunado negro no âmbito escolar, fazendo-o sentir-se parte integrante dos diversos temas apresentados em sala de aula e, principalmente, daqueles que versam sobre as relações étnico-raciais. Daí, emerge a importância de saber escolher um livro didático adequado à realidade dos alunos e conforme as legislações de ensino, para que essa mediação do educador aconteça de forma proveitosa e que seja embasada no respeito as diversidades étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa Brasileira. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 498p. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf > Acesso em: 05 jul. de 2023.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394/1996. (1996). CAPÍTULO II - DA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 26. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf > Acesso em: 05 jul. de 2023.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (2004) Disponível em: < https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_003.pdf?query=etnico%20racia > Acesso em: 05 jul. de 2023.

⁴ Ainda que existam mecanismos que afirmam realizar formações com os educadores para orientá-los sobre a melhor forma de escolher e utilizar o livro didático, como foi apresentado no tópico 1, é preciso que tais formações sejam aprimoradas e, nos locais onde elas ainda não são executadas, se faz necessário uma comissão que fiscalize e oriente as escolas a efetua-las.



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018. (2018). CAPÍTULO II- DA PROPOSTA PEDAGÓGICA, SEÇÃO III. Art. 27. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file> > Acesso em 10 jul. 2023.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Histórico sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). (2023). Disponível em: < <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20do%20Livro,nomes%20e%20formas%20de%20execu%C3%A7%C3%A3o> > Acesso em: 05 jul. de 2023.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. Multiversos: ciências humanas: globalização, tempo e espaço: ensino médio. IN: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. Multiversos: ciências humanas: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

_____. Multiversos: ciências humanas: ética, cultura e direitos: ensino médio. IN: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. Multiversos: ciências humanas: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020

MULLER, Tania Mara Pedroso. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 77-95, maio/jun. 2018.

OLIVEIRA, Luciano. A POLÍTICA PÚBLICA DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): IMPLICAÇÕES NA ESCOLHA E USOS DO LIVRO PELO PROFESSOR. **Revista Ars Historica**, ISSN 2178-244X, nº12, Jan/Jun 2016, p. 272-290.

SILVA, Silvio Ribeiro da. A REPRESENTAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS. **Revista (Con) Textos Linguísticos**. v. 5 n. 2011.

SOUZA, Yvie Cristina Favero de. **EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A QUESTÃO DO LIVRO DIDÁTICO**. III Seminário Internacional História do tempo presente. UDESC- Florianópolis, 2017.